

HOMEM HANSEN: APORTES TEÓRICOS PARA UMA HISTÓRIA DA LEPROA EM GOIÁS

Rodrigo Fernandes da Silva
Universidade Estadual de Goiás

Afetos, desejos estão na base do movimento. Nos movimentos que subsidiam, fazem irradiar um crescimento, lançam blocos de sentido que vão ligando-se de formas imprevistas e não necessárias. Mas, uma vez justapostos criam a imagem que configura o movimento em sua *autenticidade*. A configuração narrativa busca no conjunto das imagens a sorte de desejos que as infundiram, os afetos que as acoplaram formando a imagem de um crescimento urbano fundado na dor, na insolência da doença. Eis o objeto deste trabalho: o Homem Hansen. *Quem é? Como se tornou em o que é?*

Os documentos: prontuários, imagens, cartilhas de saúde, decretos federais, arquitetura, entrevistas guardam a possibilidade de leitura dos itinerários dos desejos e afetos que forçaram no espaço um crescimento urbano, arquitetônico na cidade de Goiânia. Por certo em uma conturbada dialética entre – para citar a expressão de Canguilhem – o “normal e o patológico”.

O Homem Hansen, sabê-lo, invoca a construção da narrativa histórica enquanto geopolítica da dor, micropolítica de um bacilo. Não são os atos políticos que se engendram na história da medicina, é, antes, a história da medicina que, eivada de saberes constituídos pelo desespero das doenças devastadoras, se engendram nos atos políticos para obrigá-los a dar conta da ausência sempre constituinte do saber científico. Os atos políticos poderão em maior ou menor grau de destreza produzir práticas nomológicas as quais pretenderão aguardar (suportar) o lento desenvolvimento do saber médico em prol do controle de uma doença. É aqui, entre os atos políticos e a história do saber médico que se insere a antiga Colônia Santa Marta, hoje, Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta – HDS.

Esse trabalho não foca o desenvolvimento do tratamento contra a hanseníase em si, e só pretende tocar em assuntos restritos às ciências médicas na medida em que a compreensão de algum tema a elas relacionado seja fundamental para a compreensão de um ato político. É uma cultura política sobre a hanseníase que se foca. As relações tênues entre o ato político, racional e jurisprudente e uma economia dos desejos que têm no sofrimento da experiência de confinamento e deformação do corpo um núcleo semiótico base que reinscreve o hanseniano numa ativa história de produção do espaço.

Uma cultura política fincada em problemas de linguagem. Há na literatura muitas formas de produzir a forma quebradiça dessa experiência política. Dentre outras, foi Kafka quem o expressou

quando atacava formas institucionalizadas as quais detinham os fluxos dos desejos e tiravam da vida hodierna a consciência do combate lingüístico (simbólico) no qual cada homem está imerso.

“O rosto dela estava inclinado para o lado, seus olhares seguiam perscrutadores e tristes as linhas as linhas da partitura. Gregor rastejou mais um trecho à frente, mantendo o corpo rente ao chão, para se possível captar os seus olhos. *Era ele um animal, já que a música o comovia tanto?* Era como se lhe abrisse o caminho para o alimentato almejado e desconhecido. Estava decidido a chegar até a irmã, puxá-la pela saia e com isso indicar que ela devia ir ao seu quarto com o violino, pois ninguém aqui apreciava sua música como ele desejava fazer.”. (KAFKA, 1997, p.71)

Quais experiências produzem sensibilidades claustrofóbicas como a de Gregor? O claustro não apenas do confinamento físico que se proporciona num hospital, mas o corte simbólico que comporta uma multiplicidade de desejos, fazendo do claustro um confinamento na própria linguagem. Vê-se pleno de sensibilidades incomunicáveis, numa solidão que remete o homem do claustro ao fundo legítimo de dor que faz sobressaltar a linguagem sem que se possam construir as formas para que ela venha a existir fora dele em um sentido comunicativo. Enquanto todos na sala ouviam desinteressadamente a execução do violino, era Gregor, eivado de horror, e cheio de pudor pela animalidade de suas formas, escondia-se, no seio do dizível solitário que lhe restava, ele ainda deseja, quer, entrega-se àquela experiência sonora, à imagem de sua amada irmã, como elos mínimos que o vinculavam à vida. E, mesmo depois de destruída as superfícies petrificadas da linguagem e do *habitus* que antes o mantinham ligado ao trabalho de caixeiro-viajante, aos compromissos com a família, Gregor esforça-se por restituir não mais na forma do corpo animal, mas na graça terrível de uma linguagem tão bestial quanto angélica, a força do desejo que cria e atualiza suas potências. A imagem que paira na sua mente, mas que não se realiza; a dele, animal medonho, e de sua irmã, juntos em seu quarto gozando a beleza de um amor que subsistia ao claustro, ao emudecimento no qual havia sido trancado. E assim que, a violência, a visceralidade do desejo cria na linguagem Máquinas Combatentes, Máquinas Nômades e de Guerra, as quais fazem com que o silêncio se reinscreva no *socius* e se re-atualize enquanto transformação e movimento do mesmo.

É essa experiência de confinamento, de alijamento na experiência simbólica que torna a linguagem uma experiência claustrofóbica que busco pensar no âmbito da história da hanseníase em Goiás. Como e que tipo de reviravolta nas experiências sociais, institucionais se deram a ponto de forçar no espaço um crescimento, formando bairros os quais giram em torno da experiência hanseniana. Quais comportamentos políticos, que novo *habitus* foi forçado entre as instituições, entre os grandes segmentos das ações públicas e das ações de cada paciente, como a segmentaridade

desses hábitos constituíram novos desejos os quais fizeram a cidade alterar-se. O HDS (Colônia-Asilo Santa Marta) pode ser visto funcionando como um núcleo – não homogêneo – semiótico em torno do qual outras semióticas surgiram na constituição de um espaço urbano marcado pela experiência do confinamento e marginalidade.

Como fundamento teórico para constituição desta pesquisa, há, nem tanto na literatura de teoria da história, mas, sobretudo na literatura filosófica, um conjunto de conceitos que tornam possível pensar a relação entre o desejo e as instituições, a saber, o que denominou-se esquizoanálise na obra conjunta de Gilles Deleuze e Félix Guatarri. Pode objetar-se que a psicanálise já o havia feito, entretanto, nela preside-se uma busca pelo desejo a partir de estruturas parentais as quais sendo parte dos processos de funcionalização da vida, não são, todavia, nem totais nem as mais importantes. A esquizoanálise pensa o desejo, o campo de sua formação, as maneiras de sua realização como capazes de prescindir à família. Situa o desejo, seus processos, em “ambiências” cuja cartografia situa-se entre o acontecimento e o a-histórico, entre a história e o devir respectivamente. É sobre essa relação sinuosa e sutil (por vezes contraditória na literatura esquizoanalítica) que se situa esse trabalho. Como a experiência de confinamento, de mutilação, coloca o hanseniano em uma posição entre o *socius* e suas próprias potências mais profundas, restituindo-lhe um poder político? Ao ponto em que ele re-inscreve-se no *socius* e constrói a cidade.

Articular os conceitos da esquizoanálise funcionalizando-os para uma pesquisa histórica e para produção de uma narrativa historiográfica é juntamente com a própria pesquisa um ato só. Um ato que parte da própria contradição, pois Deleuze reafirma a relação antagônica entre história e o a-histórico, ao passo que neste trabalho posiciona-se a favor de uma relação diferencial, mas não antagônica, e mais ainda, complementar. O devir sobre a história e a história numa constante remissão a forças, potências. Uma contradição que talvez não se possa superar, mas mais que isso, manter como fator criativo a partir da própria obra de Deleuze e Guatarri como se terá oportunidade de mostrar.

Cumprirá agora descrever alguns conceitos e em seguida articulá-los ao problema que se coloca quanto a uma história da hanseníase.

O problema dessa relação entre o histórico, o acontecimento e o devir é apresentado por Blanchot – ensaísta de reconhecida influência sobre o pensamento deleuziano. Em *O Encontro do Imaginário*, Blanchot reflete sobre a narrativa literária, aqui tomada como uma reflexão própria à narrativa histórica. Algumas citações nos ajudarão a compreender o ponto fundamental do que se busca sobre o tema.

As Sereias: consta que elas cantavam, mas de uma maneira que não satisfazia, que apenas dava a entender em que direção se abriam as *verdadeiras fontes e a verdadeira felicidade do canto. Entretanto, por seus cantos imperfeitos, que não passavam ainda de um canto por vir,*

conduziam o navegante em direção àquele espaço onde o cantar começava de fato... De que natureza era o canto das Sereias? Em que consistia seu defeito? Por que esse defeito o tornava tão poderoso? Alguns responderam: era um canto inumano – um ruído natural, sem dúvida (existem outros?), mas à margem da natureza, de qualquer modo estranho ao homem, muito baixo e despertando nele o prazer extremo de cair, que não pode ser satisfeito nas condições normais da vida. Mas, dizem outros, mais estranho era o encantamento: ele apenas reproduzia o canto habitual dos homens, e porque as Sereias, que eram apenas animais, lindas em razão do reflexo da beleza feminina, podiam cantar como cantam os homens, tornavam o canto tão insólito que faziam nascer, naquele que o ouvia, a *suspeita da inumanidade de todo canto humano...* Não devemos esquecer que esse canto se destinava a navegadores, homens do risco e do movimento ousado, e era também *ele uma navegação: era uma distância, e o que revelava era a possibilidade de percorrer essa distância, de fazer, do canto, o movimento em direção ao canto, e desse movimento, a expressão do maior desejo.* (BLANCHOT, 2005, p.03-04)

Ainda mais surpreendente é o modo como Blanchot situa a narrativa no plano deste inumano que é um por vir, que por sua vez é a condição da narrativa.

Isso não é uma alegoria. Há uma luta muito obscura travada entre toda narrativa e o encontro com as Sereias, aquele canto enigmático que é poderoso graças a seu defeito... Entretanto, o caráter da narrativa não é percebido quando nele se vê o relato verdadeiro de um acontecimento excepcional, que ocorreu e que alguém tenta contar. *A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar onde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se.* Essa é uma relação muito delicada, sem dúvida uma espécie de extravagância, mas é a lei secreta da narrativa. *A narrativa é movimento em direção a um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não haver, de antemão e fora desse movimento, nenhuma espécie de realidade, e tão imperioso que é só dele que a narrativa extrai sua atração, de modo que ela não pode nem mesmo “começar” antes de o haver alcançado; e, no entanto, é somente a narrativa*

*e seu movimento imprevisível que fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente... Essa é uma das estranhezas, ou melhor, das pretensões da narrativa. Ela só “narra” a si mesma, e essa relação, ao mesmo tempo que se faz, produz o que conta, só é possível como relação se realiza o que nessa relação acontece, pois *ela detém então o ponto ou o plano em que a realidade que a narrativa “descreve” pode continuamente unir-se à sua realidade como narrativa, garanti-la e aí encontrar sua fiança.**

(IDEM, p.06, 08-09)

De uma infinidade de leituras que tão belo ensaio torna possível, retiro dele elementos que fazem da narrativa histórica não uma narração do passado, mas um acontecimento em si no qual a historiografia se realiza como epicentro de latências que se pode evocar no presente, ou melhor seria dizer que evocam a si mesmas no presente. Sendo ela em si mesma não mais narrativa, mas vida, e neste caso a narrativa sobre a hanseníase em Goiás torna a própria Colônia esse epicentro.

O plano ou ponto é sempre mais que a história (no sentido da não narração do passado), e justamente por isso é apenas evocação de acontecimentos que farão da narrativa sua própria condição imprevisível. Do ponto que formula o plano como diagrama, surgirão preenchimentos sobre os quais não se tem domínio, e cujos aparecimentos não são passíveis de serem exauridos. O historiador envolve-se com o ato de narrar enquanto ato contínuo, aberto, estranho e imprevisível. A narrativa encontra alguma coisa cuja origem é desconhecida e não conhecível, mas o encontro é por um lado condição prévia do ato narrativo e por outro condição de uma realidade a ser traçada como plano narrativo.

Como é meu propósito, evoco aqui o conceito de Ritornelo, conceito desenvolvido em *Mil Platôs 4* e a partir do qual se pode observar o encontro como condição prévia da narrativa e a narrativa como formulação do real.

Três aspectos do Ritornelo:

1. Centro efêmero ordenador do caos:

A criança canta para suportar o escuro. Ela salta no próprio caos de modo a sustentá-lo por um instante. O canto em si é um salto. Afugenta o escuro sem com isso dominar a origem do medo; primitivo e cósmico. O canto é tanto o encontro com o medo como a condição para a ele reagir. O canto é um diagrama a partir do qual se pode fazer outras coisas: ir à cozinha pegar um pedaço de bolo, ir ao banheiro fazer xixi, pegar uma boneca no quarto. Ao voltar, ao retornar à claridade o canto pode ser dispensado. O canto formulou o real.

2. Construção espacial

Já é tarde da noite, mas ainda há muito trabalho a realizar. Todos vão dormir e fora de casa os habitantes da noite irão aterrorizar com seus sons. Ligo o som e coloco o fone de ouvido, deixo a luz da varanda acesa. O espaço doméstico foi reorganizado com barreiras que manterão outras forças afastadas. A organização do espaço é o diagrama que evitará que minhas forças terrestres unidas às forças terrestres dos cantos dos gatos me façam submergir no medo. O diagrama permite que se subjugue forças em favor de outras.

3. Construir o risco

É preciso enfrentar outras manifestações do caos, um canto como centro efêmero não pode mais ajudar. A casa terá, por breve ou longo período, que ser deixada, e sua organização espacial não será mais um espaço suficiente. Conscientes ao máximo das forças que figuram no escuro ou na noite solitária será necessário abrir o mais cautelosamente possível o círculo que o canto e o espaço organizados formulou. Abrir implica tornar o mais visível possível as ameaças e o lugar por onde elas poderiam passar. Mas causar uma fenda em outra parte do círculo sugere claramente a futuridade do caos que sempre pode vir por onde não se esperava. Há agora o mais profundo encontro com todas as possibilidades de forças inumanas e cada nova construção de círculos será uma nova aventura, pois o caos força a organização com sua futuridade e imprevisibilidade.

Não são três momentos sucessivos numa evolução. São três aspectos numa só e mesma coisa, o Ritornelo. Vamos reencontrá-los nos contos de terror ou de fadas, nos *lieder* também. O ritornelo tem os três aspectos, e os torna simultâneos ou os mistura: ora, ora, ora. Ora o caos é um imenso buraco negro, e nos esforçamos para fixar nele um ponto frágil como centro. Ora organizamos em torno do ponto uma “pose” (mais do que uma forma) calma e estável: o buraco negro tornou-se um em-casa. Ora enxertamos uma escapada nessa “pose”, para fora do buraco negro. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.117)

Com essas citações prévias podemos por fim compreender a proposição:

Ela só “narra” a si mesma, e essa relação, ao mesmo tempo que se faz, produz o que conta, só é possível como relação se realiza o que nessa relação acontece, pois *ela detém então o ponto ou o plano em que a realidade que a narrativa “descreve” pode continuamente unir-se à sua realidade como narrativa, garanti-la e aí encontrar sua fiança.* (BLANCHOT, 2005, p.09)

A narrativa encontra sua fiança na medida em que ela é em si mesma epicentro e formula-se em sua especificidade histórica ao mesmo tempo em que esta especificidade funda-se num plano não histórico, mas intensivo somente. Ademais, na medida em que sua forma suporta um espaço aberto não à interpretação mas a outros encontros. Nisso consiste o processo narrativo enquanto escrita. Narrar é fazer com que o narrado (acontecimento) revele não apenas os encadeamentos entre os fatos, mas como estes participam de não-acontecimentos, apenas linhas de intensidade: “Depois o ponto ‘salta por cima de si mesmo’, e erradia um espaço dimensional, com suas camadas horizontais, seus cortes verticais, suas linhas costumeiras não escritas...” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.117) Ou seja, faz o acontecimento submergir novamente em zonas obscuras, cujas linhas insinuarão novamente vizinhanças, territórios e movimentos de desterritorialização. Assim, a narrativa quando termina, o faz apenas nominalmente, pois o acontecimento agora encadeado numa forma lógica, expressiva, propositiva deixará sempre em aberto apenas intensidades: futuridade.¹

O que discuti até aqui visava colocar o problema da narrativa num plano discursivo em que a narrativa histórica seja vista como elaboração de uma forma na qual os processos humanos, os indivíduos em seu sofrer e agir do e no tempo sejam escalonados em suas intensidades não-históricas, em seu devir.² Ao mesmo tempo em que o devir não seja pensado sem uma tangente histórica, uma linha na qual o não-histórico cliva sobre a história. É precisamente essa minha leitura da esquizoanálise. A forma como ela pensa o capitalismo por um lado à luz dos processos históricos: a Máquina territorial primitiva, a Máquina Despótica até (sem com isso apresentar nenhum tipo de pensamento evolutivo) à Máquina Capitalista. E por outro, à luz das dos aparecimentos intensivos de formas de devir: devir-animal, devir-mulher, devir imperceptível dentre outros. Como os meios de funcionalização do poder no Estado Moderno implicam em tangenciamentos entre devir e acontecimento: a segmentaridade do Estado Moderno (Mil Platôs, vols. 2 e 3) comparado às rostificações da máquina territorial primitiva.³

¹ Aqui caberia toda uma digressão sobre o *quem* narra e o *que* se narra. Implica numa discussão sobre as possibilidades do narrador em desterritorializar-se para uma sorte limitada de encontros, de formulações de planos e realidade de escrita.

² O não-histórico segundo penso, deve ser visto a partir do conceito de historicidade. Numa leitura abertamente heideggeriana, onde o *Dasein* possui sempre uma tangente temporal que não é cronológica, mas que possui constitutivamente, ou, por natureza, temporalidade. É a historicidade que conecta, a meu ver, o *Dasein* ao seu caráter *aberto*. A narrativa histórica faz coadunar no plano dos discursos o devir não histórico ao acontecimento. Essa discussão que deverá constar mais à frente.

³ É por demais problemática essa leitura, mas Deleuze e Guattari estão longe de poder deixar afastadas as contradições que engendram uma reflexão filosófica tão sutil. Conscientes dos sistemas transcendentais de Kant, Hegel, dos sistemas empiristas tal como o de Hume, eles buscam a formulação de conceitos que sejam *intermezzos*, a partir dos quais o Ser não descaia numa forma demasiado idealista, ou numa forma demasiado sensualista. E é em Nietzsche que eles encontrarão (também em Spinoza) a possibilidade de pensar o devir e a história como distintos, mas é também a partir dele que a contradição aparecerá de forma muito clara. Basta

Daqui sigo a reflexão sobre a esquizoanálise como filosofia política, e o faço a partir do conceito de Máquina de Guerra. Este nos dará boa margem para pensar a narrativa histórica como narrativa do presente.

Estratos, estratificação

Deleuze e Guattari com essas duas expressões pretendem criar algo como um “campo” – de natureza molar e molecular – que são chamados estratos com seus respectivos processos de estratificações. Ele é composto de durezas, flexibilidades, velocidades e intensidades. Os estratos são divididos em físico-químico, orgânico e antropomórfico. Segundo meu interesse específico, parto deste último para discutir o devir e o acontecimento.⁴

Os estratos pressupõem uma unidade de composição e são eles mesmos compostos.⁵ As estratificações sugerem movimentos a partir dos quais cada estrato assume composições sempre novas, possíveis por “traços formais comuns” e elementos substanciais comuns”. O que há antes e por cima de cada estrato é o caos. E é a partir dele que um estrato antropomórfico é atravessado por devires. Deste modo um devir é um modo muito particular de pensar a ontologia, pois pressupõem um existir não temporal no sentido da cronologia, mas eivado de temporalidade, condição para o próprio acontecimento. O que atravessa cada estrato são o que eles chamam de *paraestratos* e *epistratos*, fazendo com que cada estrato sirva de substrato a outro estrato, numa remissão claramente infinita. Deleuze e Guattari perguntam-se sobre um metaestrato, e responde positivamente como sendo o movimento ou impulso que nos conduz para fora dos estratos, ou seja, tornando possível captar devires (no caso do antropomorfismo).

Retomando o início para não nos perdermos muito. Entendo o que Blanchot diz sobre o canto que prenuncia o início do verdadeiro canto como uma saída (desterritorialização) que corresponde à condição de percepção do devir. De modo que os três elementos do Ritornelo apontam para modos de metaestratificação, e assim, a narrativa historiográfica é estrato e meta-estrato de si mesma. Nela há devir e acontecimento em relações recíprocas, em movimentos de estratificação nos quais o histórico se aloja no a-histórico, e o a-histórico perfila o histórico mantendo seu caráter de futuridade, ou seja, de obra aberta. Corresponde às afirmações de Blanchot:

A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar onde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que

comparar a entrevista dada por Deleuze, a qual se encontra em *Conversações* (p.210) e dois aforismos em *A Gaia Ciência*, aforismos 09 e 10.

⁴ Seguindo Blanchot, o acontecimento enquanto dando ontológico, o Ser sendo, e a narrativa historiográfica de mesma natureza.

⁵ Cf. o conceito de Mônada em *Os Princípios da Filosofia ou A Monadologia...*

a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se... A narrativa é movimento em direção a um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não haver, de antemão e fora desse movimento, nenhuma espécie de realidade, e tão imperioso que é só dele que a narrativa extrai sua atração, de modo que ela não pode nem mesmo “começar” antes de o haver alcançado; e, no entanto, é somente a narrativa e seu movimento imprevisível que fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente... (BLANCHOT, 2005, p.08-09)

Há que se estabelecer o elemento efetivamente político do que aqui se descreve. Estratos e processos de estratificação ou desestratificação, descodificação e codificação são processos perigosos. Não ater-se aos riscos de transitar e fazer transitar em e um estrato torna possível e eminente processos patológicos e esquizos. O Estado quando se apropria da máquina de guerra e cria suas fileiras de soldados. Fazendo uma geopolítica do terror. A ciência quando se apropria do louco, o confina e detém os seus próprios processos de estratificação, criando um corpo/cobaia o qual não compreendido em última instância será trancafiado e esquecido. Artaud quando intuindo o animismo sul-americano como antídoto contra a modernidade industrial vai ao México tomar peiete fazendo do próprio corpo um devir infernal. O Estado Totalitário criando a imagem do corpo do déspota como ponto de conversão dos juízos e arbítrios étnicos. O personagem estrangeiro *em si mesmo* criado por Beckett em *O Inominável* vociferando em direção ao vazio da fala e perdendo a cada fala qualquer unidade de composição. Os ícones indígenas transformados em fetiche, no qual todo devir-animal que permeia tais ícones tornam-se personagens ociosos em cima da estante. São exemplos quase aleatórios que se pode dar a partir da nota de precaução:

Ao mesmo tempo, todos os empreendimentos de desestratificação (por exemplo, extravasar o organismo, lançar-se num devir) devem primeiro observar regras concretas de uma prudência extrema: qualquer desestratificação demasiado brutal corre o risco de ser suicida, ou cancerosa, isto é, ora se abre para o caos, o vazio e a destruição, ora torna a fechar sobre nós os estratos, que se endurecem ainda mais e perdem até seus graus de diversidade, de diferenciação e de mobilidade. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.06-07).

Esta nota deixa claro que a esquizoanálise ao falar de devir e acontecimento fala sobre um fundo político e prevê uma leitura e atualização do materialismo histórico. Busca articular conceitos

em torno dos modos de desestratificação que estão como base de processos históricos bem precisos no âmbito do capitalismo contemporâneo. Veremos isso quando assistirmos o trecho em que Deleuze distingue devir revolucionário da história das revoluções.

Os conceitos de estratos e estratificações levam aos conceitos auto-referenciados de *território*, *desterritorialização* e *reterritorialização*. No entanto, estes exigem previamente o conceito de *rizoma*.

Rizoma não é, ao contrário do conceito de estrato, um “campo”, uma referência espacial formada por um conceito que intui um “lugar”, antes, rizoma é um método, um procedimento, sobretudo, meta-lingüístico. O é na medida em que pesa sobre o conceito de rizoma a necessidade de procedimentos os quais a análise recai sobre os estratos enquanto linguagem, enquanto conjuntos semióticos. O rizoma como método espera criar sistemas entre interfaces semióticas distintas e perceber elos ou efetivamente montá-los. Rizoma pressupõe o conceito de agenciamento, sobre o qual se discutirá à frente. Agenciamentos dessas próprias cadeias semióticas: “...um método de tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p16) São estas dimensões e estes registros: organizações de poder, artes, ciências, lutas sociais etc. Nesse caso, o rizoma possui os dois primeiros princípio mencionados por Deleuze e Guattari, a saber, os de conexão e heterogeneidade. Agenciamento de cadeias semióticas mistas, onde não há, significante-raiz do qual a análise parte em direção a uma genealogia dos significados. Antes, o princípio da heterogeneidade fala de conjuntos dos quais não se estabelece origem, e sua compreensão parte sempre de onde ele em seus agenciamentos do heterogêneo partem. Consiste na remissão ao infinito que um substrato poderá sempre servir de estrato a outro estrato. Essa remissão não significa que os agenciamentos não cheguem a lugar nenhum, pois o método rizomático, segundo a esquizoanálise, pode, na compreensão das interfaces semióticas, estabelecer “estatutos de estados de coisa”.

Nos avizinhandos mais do conceito, pensemos o princípio da multiplicidade. Dura tarefa descrever. As multiplicidades são igualmente rizomáticas. Elas definem-se indefinindo-se, e o que se mantém como possibilidade é tomá-las como um limite epistemológico. São limites no sentido em que os estratos tendem ao infinito, e visto multiplicidade enquanto procedimento, ela regula o saber criando o que virá como um *plano de consistência das multiplicidades*, onde o que importa é tornar visível o número de conexos ou linha de fuga ou desterritorialização que de certo modo “emanam” dos estratos. Se cada estrato tende ao infinito ao tornar-se estrato ou substrato de outro estrato, então, o conceito de multiplicidades vem como um conjunto de forças ou intensidades e movimentos, velocidades. A multiplicidade afirma sobre o infinito dos estratos, mas faz com que haja a possibilidade de situar uma espécie de ambiente das mudanças, pois é no número de linhas de fuga que se percebe valores de intensidade, velocidade.

Como toda essa reflexão de tom ensaísta e filosófico pode corroborar as abordagens de um tema historiográfico?

A resposta pode ser enunciada a partir do objetivo perseguido por Erving Goffman, em que pese a necessidade de refletir sobre o *eu* daqueles indivíduos que experimentaram a vida em um instituição total. Em *Manicômios, Prisões e Conventos*, Goffman afirma que seu interesse fundamental "... é chegar a uma versão sociológica da estrutura do eu." (GOFFMAN, 2008, p.11) Se se leva em consideração tudo que acima foi dito, instaura-se uma contradição aparente, pois a relação entre devir e história é antes de mais nada, uma relação em que a ideia de uma unidade psicológica deve ceder a uma noção de dissipação desta unidade, em que pese a força de potências mais individualizações psicológicas. Entretanto, não se trata de contradição uma vez que o que se busca é justamente uma base na qual história (daí ideias como a de individualizações ou unidades pessoais) e devir sejam cartografadas, ou cartografáveis.

Entretanto, toda unidade pessoal é como aparece em Goffman uma unidade dentro de um ambiente civil e é justamente esse ambiente que irá dar ao indivíduo suas várias tangentes nas quais e a partir das quais a ideia de eu assume um lugar de batalha. Essa batalha muda de ambientes e assume matizes. O caso das instituições totais é um caso especial de *locus*, em que os componentes sociais tendem a definir processos de individualização fazendo com que o indivíduo tenha gradativamente que assumir a própria instituição como a unidade maior.

Qualquer que seja a estabilidade da organização pessoal do novato, era parte de um esquema mais amplo, encaixado em seu ambiente civil – um conjunto de experiência que confirmava uma concepção tolerável do eu e permitia um conjunto de formas de defesa, exercidas de acordo com sua vontade, para enfrentar conflitos, dúvidas e fracassos. O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despedido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (Idem, p.23-4)

Um caso que parece ilustrar muito bem as constatações de Goffman é apresentado por Yara Nogueira Monteiro, em um artigo intitulado *Do Direito Inalienável à Alienação do Direito: uma discussão sobre poder do Departamento de Profilaxia da Lepra*. Neste artigo Yara compara alguns decretos federais que regulamentavam o comportamento das instituições que lidavam com a hanseníase em um caso específico em que uma mulher, portadora de uma forma não contagiosa de hanseníase depois de processos judiciais envolvendo o DPL, é internada compulsoriamente mesmo depois que as internações compulsórias foram proibidas. No caso, o marido depois de saber da doença da esposa, procura na justiça uma forma de invalidar o casamento a fim de poder formalizar um novo relacionamento. O processo corre de maneira que, ignorando os decretos federais ela é internada mesmo não possuindo uma forma contagiosa da doença. Yara busca compreender como casos particulares de ambientes sociais são julgados à revelia pelo DPL em relação à legalidade que deveria conduzir as instituições, de modo que todo um universo social é deixado para trás e uma nova unidade, uma nova forma de individuação, a saber, as instituições passam a vigorar e definir determinados direitos civis. (MONTEIRO, 2006, p.40-46)

Sem citar casos particulares, a separação dos filhos de seus pais hansenianos esboça outra frente desta perda dos direitos civis e psico-sociais, obrigando tanto os filhos (nos preventórios) quanto seus pais (Asilos-Colônias) a fazerem das instituições o processo profano de uma individuação psicológica.

É neste ambiente que se insere as ideias deste trabalho. Investigando a forma imprevista, não-controlada de processos sociais em que em uma força inversa restitui e reinscreve no *socius* novos processos de individuação. Como, em um ambiente de profanação (para usar a expressão de Goffman) do eu, os indivíduos criam formas de ocupação do espaço? Como ao comprimir a unidade pessoal, substituindo-a por uma unidade institucional, as instituições totais criam as condições de uma nova forma de reinscrição social? O hanseniano força o *socius* e o reocupa?

Esse trabalho é historiográfico na mesma medida em que é o teste de algumas possibilidades teóricas. Buscando pensar a história também a partir de suas potências a-históricas. Na perspectiva de que a historiografia pode perceber nos acontecimentos determinadas intensidades, potências não-históricas. E que essas potências revelam os pontos chaves de uma historiografia a partir dos matizes que um acontecimento assume. A unidade da narrativa historiográfica parece residir justamente naquele acontecimento cuja ocorrência (efetuação) demonstra uma performance de intensidades a-históricas. Onde começa, onde termina uma narrativa? Naqueles acontecimentos que dão ao próprio ato narrativo a competência de situar o acontecimento em sua força originária no sentido benjaminiano. Se *As Passagens* eram o núcleo de toda uma compreensão da modernidade, as Colônias-Asilos, em nosso objeto específico, são o núcleo de toda uma noção de cidade em que a

profanação do eu abre caminho para uma experiência com a linguagem em que o espaço definido da personalidade abre caminho para uma forma muito especial de sociabilidade e urbanização.

Retomo e fecho com as discussões sobre o Ritornelo. Quais foram os *ritornelos* possíveis, os agenciamentos, as formas de desterritorializar-se e reterritorializar-se daqueles que em virtude da Hanseníase viveram em Asilos-Colônias? Como lhes foi possível acomodar o caos e criar centros a partir dos quais fora possível sobreviver? E disto, como o espaço fora reocupado?

Referências Bibliográficas

BLANCHOT, Maurice. *Livro por Vir, O*. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

DELEUZE Gilles & GUATTARI, Félix. *Conversações*. São Paulo: Editora 34. 1992.

_____. *Mil Platôs*. Vol.1. São Paulo: Editora 34. 1995.

_____. *Mil Platôs*. Vol.2. São Paulo: Editora 34. 1995.

_____. *Mil Platôs*. Vol.3. São Paulo: Editora 34. 1996.

_____. *Mil Platôs*. Vol.4. São Paulo: Editora 34. 1997.

_____. *Mil Platôs*. Vol.5. São Paulo: Editora 34. 1997.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Do Direito Inalienável à Alienação do Direito: uma discussão sobre poder do Departamento de Profilaxia da Lepra*. Revista BIS, nº38, Abril, 2006.

Anais do IV SRH